

POR UMA PEDAGOGIA *QUEER*¹

Cleiton Zóia Münchow²

cleiton.munchow@ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

IV Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2024

Resumo: Neste trabalho nos dedicamos a pensar a possibilidade de uma pedagógica queer. Tomamos como ponto de partida a busca de uma definição e, depois de nos defrontarmos com a dificuldade de conciliar a ideia de queer com a ideia de pedagogia, investigamos o sentido que o sexo assumiu no interior da sociedade disciplinar, tal qual descrita por Foucault, e o sentido que ele, com as novas modificações políticas e tecnológica, assume no interior da sociedade farmacopornográfica. Neste contexto, perguntamo-nos, juntamente com o filósofo Paul B. Preciado, “quem defende a criança queer?”, essa questão nos leva a ensaiar como resposta a necessidade de instauração de uma pedagogia queer que toma as Drag Queens como caso paradigmático que serve para reivindicar um “outro governo das crianças” a partir do seu devir, daquilo que poderíamos chamar de movimento em direção ao imprevisto, o gozo do mundo como processo e da realidade como aquilo que se constrói.

Palavras-chave: pedagogia, queer, devir.

Abstract. In this work, we focus on the possibility of a queer pedagogy. We begin by seeking a definition and, after confronting the difficulty of reconciling the idea of queer with the idea of pedagogy, we investigate the meaning that sex assumed within the disciplinary society, as described by Foucault, and the meaning it takes on within the pharmacopornographic society with new political and technological changes. In this context, we ask, along with philosopher Paul B. Preciado, “who defends the queer child?” This question leads us to explore the need for the establishment of a queer pedagogy that considers Drag Queens as a paradigmatic case to advocate for a “different governance of children” based on their becoming, what we might call a movement towards the unforeseen, the enjoyment of the world as a process, and reality as something that is constructed.

Keywords: pedagogy, queer, becoming.

¹ A primeira versão deste texto foi apresentada, sob a forma de comunicação, com o título *A invenção e a norma: a teoria queer dentro do espaço escolar*, no VII Seminário de Teoria e Prática de Ensino que ocorreu, em 2010, no Setor de Educação da UFPR. Trata-se do meu primeiro esforço para pensar em termos de teoria queer. O presente texto recebeu algumas correções e atualizações, mas, no essencial, permanece o mesmo.

² Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Mestre (UFPR) e graduado em Filosofia (UFPEL). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul e pesquisador do Grupo de Pesquisa e Estudos sobre Tecnologias em Diversidade, Gênero e Sexualidade (DiverGenS/UFGD) e do “Nós - Grupo de Estudos sobre Feminismos” (Nós/USP). Em seu trabalho, tem se dedicado a diferentes filosofias em pesquisas sobre infinito, corpo, sexo, sexualidade, gênero, religião e drogas. Atuou como voluntário em diversas organizações LGBTQIA+ e, em 2011, foi premiado pelo Ministério da Educação pelo projeto “A Voz das Mulheres na História e na Filosofia”.

1. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

A expressão teoria *queer* é a tradução portuguesa para *Queer Theory*. O que significa *queer*? Queer é um termo da língua inglesa que pode ser traduzido como “estranho”, “incomum”, “esquisito” e que, comumente, era utilizado para se referir, de maneira pejorativa, aos indivíduos homossexuais; em português a palavra “viado” seria o termo que mais se aproxima do significado inglês. O movimento homossexual numa tentativa de neutralizar o sentido pejorativo, subvertendo a ordem, passou a utilizar o termo queer como forma positiva de autoidentificação; além disso, servindo-se do significado “estranho”, o movimento homossexual passou a utilizar o termo queer:

(...) como uma declaração política de que o objetivo da teoria queer é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social. Através da “estranheza”, quer-se perturbar a tranqüilidade da “normalidade” (TADEU, 1999, p. 105).

O movimento que se apropriou do termo *queer*, para transformá-lo em teoria, emergiu, nos Estados Unidos, em fins da década de 1980 (MISKOLCI, 2009, p. 150). A teoria e a metodologia dos estudos queer, ainda conforme Miskolci, surgiram do entrecruzamento de uma corrente da filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que, por meio de autores como Foucault e Derrida, “problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação” (Idem, 152).

A pedagogia escolar funciona a partir de esquemas fixos, organização do tempo, das atividades, dos discursos, dos corpos e da sexualidade (FOUCAULT, 1994, p.159). Utiliza-se de “uma série de processos sutis, que vão do castigo físico leve a privações ligeiras e a pequenas humilhações” (Ibidem). A pedagogia pretende instaurar disciplina, a qual, como observa Foucault, traz junto de si:

(...) uma maneira específica de punir, e que é apenas o modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios. É passível de pena o campo indefinido do não-conforme: o soldado comete uma “falta” cada vez que não atinge o nível requerido. A “falta” do aluno é, assim como um delito menor, uma inaptidão a cumprir suas tarefas” (Foucault, 1994, p.160).

Encontramo-nos, portanto, diante de um oxímoro: pedagogia queer. O que fazer com ele? Ou melhor, o que é ele? Se colocar as palavras pedagogia e queer lado a lado, sugerindo

com isso a possibilidade de algo que seja ao mesmo tempo uma pedagogia e queer, é problemático, o que podemos dizer de uma frase propositiva, que, em tom de manifesto, sugere uma pedagogia queer? Parece-nos que a melhor saída seria transformar a frase propositiva em interrogativa. Esta é a saída escolhida por Louro, a qual, ao invés de imediatamente propor uma pedagogia queer, sugere a seguinte questão: “Uma pedagogia queer?” (2004, p.47):

Como um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento? Como uma teoria não propositiva pode “falar” a um campo que vive de projetos e de programas, de intenções, objetivos e planos de ação? (Ibidem).

2. O SEXO E A SOCIEDADE DISCIPLINAR

Foucault, no primeiro volume da História da Sexualidade, levanta três dúvidas ao que ele chama de “hipótese repressiva”: (I) histórica: “a repressão do sexo é mesmo uma evidência histórica?” (FOUCAULT, 2006, p.16); (II) histórico-teórica: “ a mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo, essencialmente, de ordem repressiva? (Idem, ibidem)”; (III) histórico-política: o discurso que pretende criticar a repressão consegue, de fato, realizar tal contestação ou se insere “dentro da mesma rede histórica daquilo que denuncia?” (Idem, p.17).

A estas dúvidas, Foucault responderá mostrando-nos que há três séculos o homem ocidental permanece “atado a tarefa que consiste em dizer tudo sobre seu sexo” (FOUCAULT, 2006, p. 19), esperando “desse discurso, cuidadosamente analítico, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo” (Ibidem). O discurso sobre o sexo foi cada vez mais estimulado, o sexo passou a ser aquilo de que se deve falar. “Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia” (Ibidem).

A partir do século XVII desenvolveu-se outra forma de poder que, diferentemente do poder da época do direito soberano, não se exercia como “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos” (FOUCAULT, 2006, p. 148) nem “culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (Ibidem); a nova forma de poder não se caracteriza pelo “direito de causar a morte ou de deixar viver”(Ibidem), mas, sim, por ser um poder

“destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las”(Ibidem).

Esta nova configuração do poder se desenvolveu a partir de duas formas principais.

A primeira caracteriza-se:

[...] por centrar-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano* (FOUCAULT, 2006, 151).

A segunda, por sua vez, formada pouco mais tarde que a primeira (aproximadamente pela metade do século XVIII), teve como foco aquilo que Foucault chama de “corpo-espécie”, isto é:

[...] no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população* (FOUCAULT, 2006, p.152).

Disciplinas anátomo-política do corpo humano e controles reguladores que formam uma *bio-política da população* abrem a era do *bio-poder*. Não se tratara mais de exercer o poder sobre a morte, tal qual o poder soberano. Trata-se, agora, de um poder que administra os corpos e gere, de maneira calculista, a vida. A importância assumida pelo sexo, no dizer de Foucault, pode ser compreendida sobre o pano de fundo que se articula por meio da *anátomo-política do corpo humano* e da *bio-política da população*. No que se refere à primeira, desenvolvem-se tecnologias de “adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias” (FOUCAULT, 2006, p.158). Do ponto de vista de uma *bio-política da população* “o sexo pertence à regulações das populações, por todos os efeitos globais que induz”(Ibidem).

O sexo, nos mostra Foucault, imiscuiu-se, ao mesmo tempo, “nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos, a todos um micropoder sobre o corpo” (FOUCAULT, 2006, p. 159), mas, além de ser o resultado desse exercício ao nível de micropoderes, o sexo também passa a ser objeto de políticas públicas: “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das

disciplinas e como princípio de regulações” (Ibidem). O sexo, mais uma vez, é colocado como um dos lugares da política, não se tratando mais, certamente, de uma repressão sobre ele, mas, sim, de um regime que, com o perdão do trocadilho, faz sexo e nele, docilmente, se exerce.

3. O SEXO NA ESCOLA FARMACOPORNOGRÁFICA

No primeiro volume da história da sexualidade, *A vontade de Saber*, Foucault, contrariando a hipótese repressiva, aponta para a existência de uma economia do sexo nas escolas. Embora possamos ter a impressão de que nos colégios do século XVIII “praticamente não se fala em sexo” (FOUCAULT, 2006, p.34), “basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior” e perceberemos que “lá se trata continuamente de sexo” (FOUCAULT, 2006, p.34). O sexo da criança e do adolescente passa a ser entendido como “um problema público”:

Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos à famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo” (FOUCAULT, 2006, p.35).

“Nenhum pedagogo do século XVII teria, publicamente, como Erasmo o fez nos seus Diálogos, aconselhado seu discípulo na escolha de uma boa prostituta” (FOUCAULT, 2006, p.23), assim escreveu Foucault para exemplificar que não se trata de rejeitar o desaparecimento de uma “antiga “liberdade” de linguagem entre crianças e adultos, ou alunos e professores” (FOUCAULT, 2006, p.33).

Trinta e dois anos depois do Emílio, em 1792, apareceu o Panóptico, Jeremy Bentham foi o inventor da palavra e da coisa mesma, assim observa Scherer que afirma a existência de um paralelo entre a pedagogia de que o primeiro é objeto e a prisão modelo elaborada pelo segundo. No projeto de Bentham as fórmulas presentes no Emílio são conservadas e sistematizadas, se antes era sob o olhar exclusivo do professor que o aluno estava sob mira, agora, no Panóptico, trata-se de uma “vigilância absoluta (universal inspection principle) o olhar que, sem coação aparente, pois permite fazer tudo, reprime

melhor que as broncas e os golpes” (SCHERER, 1983, p.35). Tudo é pedagógico no projeto de Bentham que, inclusive, propõe um uso extensivo do mesmo às escolas. Rousseau, observa Scherer, mesmo que talvez tivesse considerado excessivo o projeto de Bentham, não entraria em contradição com seus princípios, pois estaria de acordo com o papel de permanente observância que o preceptor deveria, formando uma rede de natureza moral invisível, tecer em torno de seu aluno (Conf. SCHERER, 1983, p.35).

A escola, como vimos, passa a ser um destes lugares em que se trata continuamente de sexo. Enquanto instituição oficial ela produz discursos decentes. Nela domina a ideologia pedagógica do poder que não admite desejo que lhe exceda. Esse discurso pedagógico se exerce no poder que se apresenta como polícia dos enunciados e controle da enunciação no interior de uma sociedade disciplinar. Emílio, poderíamos dizer seguindo a perspectiva aberta por Scherer, aos poucos transforma-se em aluno de uma escola. Os mecanismos de vigilância que passam a operar são uma espécie de amplificação da função escópica que exercia o pedagogo sobre Emílio. Essa última relaciona-se ao dever e ao desejo de ver que constituem a essência do ensinante, sua função e satisfação escópicas dissimuladas “sob as aparências teóricas da consciência perceptiva, enquanto questiona outro sujeito, este não teórico, o sujeito do desejo” (SCHERER, 1983, p.38). A função de maturação e de infantilização que o ensinante “opera sobre os indivíduos, com o objetivo de identifica-los e inscrevê-los no intercambio gereneralizado, a sociedade burguesa (o Capital), nele a criança se constitui como ser (...) colocado sob um olhar que o controla e o sonda” (SCHERER, 1983, p.37).

Preciado, em *Testo Yonqui*, pensando a leitura de Foucault a respeito das transformações da sociedade europeia no século XVIII, acrescenta que do mesmo modo como a sociedade soberana, que decide e ritualiza a morte, acabou por transformar-se em uma sociedade disciplinar que caracteriza-se por colocar em operação “uma nova forma de poder 11 que calcula tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional”(PRECIADO, 2008, p.57), a sociedade farmacopornográfica também coloca em operação uma nova forma de poder. Se na sociedade disciplinar os dispositivos sexopolíticos eram “técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo” (PRECIADO, 2008, p.62), na sociedade farmacopornográfica a somatopolítica opera por meio de “um conjunto de novas tecnologias do corpo (biotecnológicas, cirurgia, endocrinologia, etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, cibernética, etc.) que

infiltram e penetram a vida cotidiana como nunca havia sido feito antes” (PRECIADO, 2008, p.66). Trata-se, sob a ótica de Preciado, de uma mudança nas formas de controle, passamos de “tecnologias de subjetivação que controlavam o corpo do exterior com um aparato arquitetônico externo” (Ibidem) às tecnologias que entram e passam “a formar parte do corpo, se diluindo nele, se convertendo em corpo” (Ibidem). Neste contexto, o panóptico torna-se comestível.

Preciado, em *Testo Yonqui*, pensando a leitura de Foucault a respeito das transformações da sociedade europeia no século XVIII, acrescenta que do mesmo modo como a sociedade soberana, que decide e ritualiza a morte, acabou por transformar-se em uma sociedade disciplinar que caracteriza-se por colocar em operação “uma nova forma de poder que calcula tecnicamente a vida em termos de população, saúde e interesse nacional”(PRECIADO, 2008, p.57), a sociedade farmacopornográfica também coloca em operação uma nova forma de poder. Se na sociedade disciplinar os dispositivos sexopolíticos eram “técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas de naturalização do sexo” (PRECIADO, 2008, p.62), na sociedade farmacopornográfica a somatopolítica opera por meio de “um conjunto de novas tecnologias do corpo (biotecnológicas, cirurgia, endocrinologia, etc.) e da representação (fotografia, cinema, televisão, cibernética, etc.) que infiltram e penetram a vida cotidiana como nunca havia sido feito antes” (PRECIADO, 2008, p.66). Trata-se, sob a ótica de Preciado, de uma mudança nas formas de controle, passamos de “tecnologias de subjetivação que controlavam o corpo do exterior com um aparato arquitetônico externo” (Idem, ibidem) à tecnologias que entram e passam “a formar parte do corpo, se diluindo nele, se convertendo em corpo” (PRECIADO, 2008, p.66). Neste contexto, o panóptico torna-se comestível.

4. QUEM DEFENDE A CRIANÇA QUEER

Em *Quem defende a criança queer?*, numa tentativa de construir uma réplica aos que “defendem o poder de educar os filhos dentro da norma sexual e de gênero, como princípios heterossexuais” (PRECIADO, 2013, p.99) e que “desfilam para conservar o direito de discriminar, castigar e corrigir qualquer forma de dissidência ou desvio, mas também para lembrar aos pais dos filhos não-heterossexuais que o seu dever é ter vergonha deles, rejeitá-los e corrigi-los” (Ibidem), Preciado, pede permissão para “inventar retrospectivamente, uma

cena de enunciação” (Idem, p. 97) “em nome da criança governada” (Ibidem) que ela foi para poder “defender outra ‘forma de governo’ das crianças que não são como as outras” (Ibidem).

Ao apresentar suas lembranças de uma infância constituída na Espanha franquista, numa “família heterossexual católica e de direita” (PRECIADO, 2013, p.97), cujo pensamento do pai ia no sentido do desejo de morte aos homossexuais, a filósofa desenha a instituição familiar da personagem filosófica que está a inventar. A máquina escolar e suas ressonâncias com a familiar também desempenham importante função nesta personagem reconstituída pelas memórias de Preciado:

Eu tinha sete anos. Desenhei eu casada com a minha melhor amiga, Marta, três crianças e vários cachorros e gatas. Eu tinha imaginado uma utopia sexual, na qual existia casamento para todos, adoção, PMA... Alguns dias depois a escola enviou uma carta à minha casa, aconselhando os meus pais a me levarem a um psiquiatra, para consertar o mais rápido possível o problema de identificação sexual. Depois dessa visita, vieram várias represálias. O desprezo e a rejeição do meu pai, a vergonha e a culpa da minha mãe. Na escola foi espalhado o rumor de que eu era lésbica. Uma manifestação de copeístas e frigide-barjotianos era organizada todos os dias na frente da minha sala de aula. “*Sai daí sapatão*, diziam, *você vai ser violada para aprender a beijar como Deus ensinou.*” Eu tinha um pai e uma mãe, mas eles foram incapazes de me proteger da depressão, da exclusão, da violência (PRECIADO, 2013, p. 97).

As crianças que não são como as outras, são todas as crianças em diferentes intensidades políticas, pois têm seu direito básico negado: o de devir outro, diferir. Assumindo esta perspectiva, podemos, junto com Preciado, construir um conjunto de reivindicações que subvertem a hierarquia que teima em querer transformar a diferença em diversidade. É preciso reivindicar pelos “direitos do menino que adora se vestir de rosa” (PRECIADO, 2013, p. 97), “Da menina que sonha em se casar com a sua melhor amiga”(Ibidem), pelos direitos das crianças “à livre autodeterminação de gênero e de sexualidade” (Ibidem), enfim, pelo direito “a crescer num mundo livre de violência sexual ou de gênero”(Ibidem). A pergunta pelos direitos da criança queer nos leva aos processos de naturalização da identidade heterossexual, na medida em que é a atualização do corpo hetero em todo corpo possível a responsável pela retirada dos direitos das crianças que não são como as outras.

Deleuze e Guattari se referem a uma espécie de metro padrão, uma constante de expressão que, pelo menos no Ocidente, é “homem, adulto, macho, cidadão”. Para ambos, a noção de maioria, que não é necessariamente quantitativa, é dependente da instituição

desse metro padrão e mesmo que “muitas pessoas se reconhecem neste padrão” (D&G. 2012, p. 41), ele é vazio. De modo que “a maioria nunca é ninguém” e a minoria “é o devir de todo o mundo, seu devir potencial por desviar do modelo” (D&G. 2012, p.56). O modelo é o resultado de um processo de abstração que pretende subordinar a variação contínua a uma constante. O “padrão majoritário”, entretanto, não cessa de ter seu “limiar representativo” transposto pela criação. O movimento que transpõe o limiar representativo do padrão majoritário será nominado pelos autores de “figura universal da consciência minoritária” que não é outra coisa senão “autonomia”, a conexão, a conjugação, a invenção do imprevisto (Cf. D&G. 2012, p. 57).

5. UMA PEDAGOGIA QUEER

As drags³, desde 1990, não performam somente nos palcos, elas entraram no discurso filosófico como caso paradigmático para pensar a performatividade do gênero⁴. Em *Problemas de gênero*, Butler escreveu que “A performance do drag brinca com a distinção entre a anatomia do performista e o gênero que está sendo performado” (BUTLER, 2010, p.196) e que “Ao imitar o gênero, o drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência” (Ibidem). Essa brincadeira da drag, em nossa leitura, revela tanto a repressão sexual presente na estrutura imitativa do gênero quanto a contingência que permite escapar à identificação, estabelecida pela repressão sexual como natural e necessária, entre anatomia e gênero. Em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, Zyan Nalrad, por meio de técnicas de maquiagem, brinca

³ “Conforme o discurso das drags que observei e entrevistei durante a pesquisa de campo, há vários estilos de drags. Esses estilos são definidos da seguinte forma: “Top-drags - Têm postura bastante feminina, interação com a moda, têm a obrigação de estar bonitas e sexy, devem se parecer um pouco com mulheres; Caricatas - Alegóricas, cômicas, engraçadas, exageradas; Ciber-drags - Relativamente semelhantes às tops, mas com um estilo bem mais ‘futurista’; Andróginas ou go-go drags - Mais masculinas, sem pretensões de se aproximarem muito do feminino. Não se depilam, por vezes; Bonecas - Como Isabelita dos Patins, que possui um personagem único e cujos movimentos lembram um pouco uma boneca.” VENCATO, Anna Paula. Fervendo com as... Op.cit., p.67” (VENCATO. 2005, 235).

⁴ As drags, importa observar, não se reduzem a personagens de filosofias alheias, este foi, por exemplo, o caso de Hija de Perra que, sem dificuldades, pode ser considerada uma filósofa. Mais de meia década nos separa de 1958, data em que Miss Biá (1939-2020), considerada a primeira drag queen do Brasil, iniciou sua carreira. A arte Drag não está mais circunscrita à comunidade das minorias sexuais e de gênero e Rupaul não é mais a primeira que nos vem à mente quando falamos em Drag Queens, ela perdeu seu posto para Pablo Vittar, considerada, pela revista Forbes, a drag queen mais popular do mundo. Que drags cantem não é mais considerado algo incomum. O Lip Sync, uma de suas marcas, foi popularizado em programas de TV e não se reduz mais às drags e à comunidade LGBTQIA+. Elas se multiplicaram em sua multiplicidade e, como é o caso de Rita von Hunty, assumiram, inclusive, o lugar de intelectual.

com a distinção entre anatomia e gênero e, ao dar corpo a drag Anna Burton, revela a estrutura imitativa do gênero e a contingência da sua relação com a anatomia.

Zyan Nalrad, para criar Anna Burton, em homenagem, fundiu “Anna Wintour - editora-chefe da edição norte-americana da Revista Vogue - com Tim Burton - cineasta, produtor, animador e desenhista norte-americano” (TORRES, 2011, s/p). Nalrad brinca com a identificação entre gênero e anatomia estabelecida como natural pela repressão sexual, sua arte consiste em maquiagem a estrutura imitativa do gênero em seu corpo próprio até que ele assuma uma nova anatomia. Os seios de Anna Burton, ao mesmo tempo em que são elementos da estrutura imitativa do gênero, revelam a contingência que existe entre gênero e anatomia. A repressão sexual impõe o gênero como anatomia, a drag, em sua imitação, revela que a anatomia não tem gênero que lhe seja naturalmente correspondente⁵.

Ao brincar com as distinções entre anatomia e gênero, revelar a estrutura imitativa do gênero e a contingência de sua relação com a anatomia as drags colocam em questão a repressão sexual em seus mais diferentes planos. Não por acaso, Lucas Pael, nos fala que, para transitar pela cidade como drag, a “coragem é extremamente necessária” (PAEL, 2024, p.262). Segundo o autor, a coragem se faz necessária “principalmente em uma cidade como Dourados, Mato Grosso do Sul” (Ibidem), pois nela não há “uma cena drag” (Ibidem) e faltam “ambientes seguros, como boates dedicadas a essa expressão artística” (Ibidem), tudo isso contribui “para a falta de compreensão e reconhecimento dessa forma de arte” (Ibidem). Além disso, conforme Pael, “a cultura predominante é profundamente enraizada no universo agropecuário, caracterizada pela influência do sertanejo, do machismo e da vida rural. Dourados se apresenta como uma cidade marcada pela violência” (Ibidem). Como prova disso, Pael recorda que imagens de Tati Mess, sua drag, foram objeto de “uma série de comentários preconceituosos” (Ibidem).

A repressão sexual, conforme Marilena Chauí, é o conjunto das “práticas sociais de controle, proibição e permissão do sexo” (CHAUI, 1984, p.11) que acontece em circunstâncias sociais, culturais e históricas determinadas num processo em que “A produção e reprodução das condições de existência realizam-se pela mediação do trabalho (relação com a natureza), na divisão social do trabalho (intercâmbio e cooperação), na procriação (sexualidade e instituição da família) e no modo humano de apropriação da natureza (a

⁵ A arte drag, para Nalrad, no entanto, não se reduz a brincar com a distinção entre anatomia e gênero, o que lhe interessa no “mundo drag é poder mudar e ser quem [...] quiser a todo momento, fazer [suas] loucuras e sonho de infância. Um dia [pode] ser uma boneca, no outro um monstro, no outro uma missa”. Por fim, Nalrad nos diz que “Ser drag é ser quem [ele] quiser, é liberdade” (TORRES, 2011, s/p).

propriedade)” (Chauí, 2013, p.35). A repressão sexual opera tanto no plano social, de maneira explícita e implícita, quanto no plano individual, de maneira consciente e inconsciente.

Trata-se, segundo Chauí, de um curioso fenômeno em que “algo suposto ser meramente biológico e meramente natural (sexo) sofre modificações quanto ao seu sentido, a sua função e a sua regulação ao ser deslocado do plano da Natureza para o da sociedade, da cultura e da história” (Chauí, 1984, p.10). As drags desnaturalizam, desontologizam, desidentificam-se e, assim, operam no amago da repressão sexual ao nos fazerem suspeitar daquilo que é “suposto ser meramente biológico e meramente natural (sexo)” e, ao modificarem seu sentido, sua função e a sua regulação”, o deslocam “do plano da Natureza para o da sociedade, da cultura e da história”. Segundo Vencato,

(..) para as drags o território em que se opera a transformação é o corpo, não uma espécie de passagem da natureza para a cultura, mas uma passagem entre “dois corpos culturais” (“de um corpo cosmológico essencializado a um corpo cosmológico não-essencializado, de uma teoria de gênero a outra teoria de gênero”) mediada pelo desejo de se tornar outro, de se tornar uma personagem, uma caricatura de um feminino que talvez nem mesmo exista numa suposta “natureza feminina (VENCATO. 2005, p.233).

As Drags transcendem o sexo e o gênero, na exata medida em que nele estão imbricadas. É certo que se fala em Drag Queens e Drag kings, mas tal nomenclatura está totalmente desassociada de uma definição acerca do aparato biológico⁶. “Em sua “imitação” do feminino, uma drag queen pode ser revolucionária. Como uma personagem estranha e desordeira, uma personagem fora da ordem e da norma, ela provoca o desconforto, curiosidade e fascínio” (LOURO, 2004, p.20). Restando sempre, entre parênteses, a dúvida: “quem está por trás?” A presença constante da pergunta impede qualquer tentativa de naturalização do corpo Drag; por palavras diversas, tal corpo se mostra sempre como invenção.

As Drag Queen/king - por suas encarnações de gênero e pelos corpos que constroem “justamente para confundir, para borrar os limites” (Idem, p.2) - levam até as últimas

⁶ O corpo Drag, embora possa se inscrever dentro dos binômios homem/mulher, heterossexual/homossexual, não se deixa apreender por eles, na medida em que não importa o corpo “natural” que é base para o corpo inventado. Assim, uma Drag Queen, que seria uma espécie de invenção de um feminino caricata, pode ser o construto tanto de um homem como de uma mulher; um Drag King, que seria uma espécie de invenção de uma personagem caricatural do masculino, pode ser construído a partir de um corpo “natural” tanto masculino quanto feminino.

consequências o jogo de cena cujo sentido depende sempre de uma identidade provisória, mutante, elas “estão em trânsito, pois reinvenção e recriação são expressões máximas e constantes de seu mundo” (p.1). Por meio de suas técnicas corporais elas /es constroem um saber. Tomemos como exemplo o saber produzido por Drag Kings:

[...] não é a consciência de ser um imitador da masculinidade em meio de corpos anônimos de homens e mulheres, de homens de negócio e carteiros, de mães de família que empurram carrinhos(...), mas de perceber pela primeira vez, os outros, todos eles, como efeitos mais ou menos realistas de repetições performativas decodificáveis como masculinas ou femininas (PRECIADO, 2008, p.262).

As/os Drags nos ensinam Mauss, a medida em que tornam evidentes as técnicas corporais, que são “as maneiras como os homens, sociedade por sociedade e de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos (MAUSS, 1974, p. 211), nos levam a perceber que estamos mergulhados num campo performativo e que “não há diferença ontológica entre as encarnações de gênero” (PRECIADO, 2008, p.262). Mostram-nos que todas essas encarnações são “produtos performativos mais ou menos legitimados pela ordem social” (Idem, ibidem):

Isso é o devenir King: ver através da Matriz de gênero, contemplar os homens e as mulheres como eficientes ficções performativas e somáticas convencidas de sua realidade natural. Essa visão de mundo leva ao riso, te sopra um ar leve por baixo dos pés que te empurra a flutuar: êxtase político (Idem, ibidem).

Como personagens estranhas e desordeiras, fora da ordem e da norma, as Drags provocam o “desconforto, curiosidade e fascínio” (LOURO, 2004, p.20) e deixam aqueles que lhes observam com uma dúvida que impede qualquer tentativa de naturalização: “quem está por trás?” (Ibidem). Além de produzir efeitos desanaturalizantes em relação a quem lhe observa, a arte drag, como vimos pelas palavras de Preciado sobre o devenir king, também produz efeitos em quem se monta⁷, a montagem⁸ faz “ver através da Matriz de gênero,

⁷ “Ao transitar pela cidade como drag, sou confrontado com uma cartografia urbana previamente familiar, mas agora percebida sob uma nova perspectiva. A experiência de estar montado me proporciona uma visão e uma experiência completamente inédita, mesmo em locais conhecidos. Além disso, a “entidade” drag aborda as situações sociais de forma distinta, ela possui uma coragem singular que normalmente não se manifesta no meu cotidiano. E essa coragem é extremamente necessária, principalmente em uma cidade como Dourados, Mato Grosso do Sul.” (PAEL, 2024, p.262-3).

⁸ “O processo de “montação” da drag queen implica em algumas transformações no corpo com o uso de cintas modeladoras, espartilhos, meias calças, enchimentos, saltos, etc. Além da maquiagem para redefinir a estrutura do rosto, “apagar” os traços masculinos, fazer a sobrancelha desaparecer e depois reaparecer com outro formato, etc. Surge um “corpo sem órgãos”, um corpo artista que serve de palco para novas experiências e sensações” (PAEL, 2024, p.262).

contemplar os homens e as mulheres como eficientes ficções performativas e somáticas convencidas de sua realidade natural” (PRECIADO, 2008, p. 262).

Experimentar, ousar, inventar. Fugir das identidades, evitar as estabilidades. Tentar escapar às normalizações. Preferir os hibridismos, sentir prazer na confusão das fronteiras à definição. Sorrir para a ideia de ciborgue. Rejeitar a representação. Ter “consciência da exclusão que é produzida pelo ato de nomeação” (HARAWAY, 2009, p.47). Preferir as afinidades às identidades (Idem, p.46). Por uma pedagogia queer! Longe de ser natural, para existir, a heterossexualidade necessita ser reinscrita a cada momento dentro de um sistema de práticas que a legitimam e estimulam, nos mostra a teoria queer. Além disso, ao argumentar que “a identidade não é uma positividade, não é um absoluto cuja definição encerra-se em si mesma” (TADEU, 1999, 106), a teoria queer sustenta que “a identidade é sempre uma relação: o que eu sou só se define pelo que não sou; a definição da minha identidade é sempre dependente da identidade do Outro” (Idem, ibidem); evidenciando, assim, a dependência da heterossexualidade em relação à homossexualidade (Cf. SEDGWICK, 2007, p. 27-8).

A intenção, entretanto, não é a substituição de um sistema heteronormativo por outro que seja homonormativo, mas, sim, apontar para o caráter construído dos binarismos heterossexual/homossexual, homem/mulher, gênero/sexo, saber/ignorância que são tomados como naturais. Neste sentido, podemos dizer que a teoria queer é uma epistemologia, na medida em que, nas mais diversas áreas, procura desnaturalizar, desontologizar, desidentificar; interessando-se por investigar “como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?”(SCOTT, 1995, p.74). Trata-se, como diria o compositor Tom Zé, “de explicar para confundir e confundir para esclarecer”. Conforme Corazza e Tadeu, “o que importa não é o ser, a forma final. Nem o formar-se, o desenvolver-se, o ser alguém, nem mesmo o devir-*alguém* – desejários últimos de toda pedagogia” (CORAZZA. 2003, p.66). Na composição Deleuze + Spinoza + Currículo, “o que importa é devir-outro que não tem nenhuma forma, que é estranho a toda forma, que é impessoal, que tem a imanência de uma vida” (CORAZZA. 2003, p.66). Reivindicar um “outro governo das crianças”, torna possível reivindicar pela consideração da criança a partir do seu devir, daquilo que poderíamos chamar de movimento em direção ao imprevisto, o gozo do mundo como processo e da realidade como aquilo que se constrói.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. *Desdiagnosticando gênero*, Physis, Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, p. 95-126, 2009.

BENEDETTI, Marcos Renato. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: editora brasiliense, 1984.

_____. *O ser humano é um ser social*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CORAZZA, S. M.; TADEU, T. *Composições*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

DELEUZE, G e GUATTARI, F. *Mil Platôs - Vol. 2*. São Paulo: Editora34, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

_____. *História da sexualidade – Vol. 1: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2006.

HARAWAY, Donna. *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

JUNIOR, Aureliano Lopes da Silva. *God save the queen: A transgressão e o vazio no universo de riso das drag queens*. ST 33 - Subjetividade, gênero e sexualidade. Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em

[https://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST33/Aureliano_Lopes_da_Silva%20Jr_33.pdf]. Acessado em 10 de agosto de 2024.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 21, p. 150-182, 2009.

PAEL, Lucas Buzzio. Explorando o devir drag: uma jornada de resistência e transformação. In: Dos Reis, Aparecido Francisco; Silva, Vivian da Veiga (Org.). V Simpósio de Gênero e Sexualidade – Mulheres, Lgbtqia+ e Desigualdades Sociais– A Vulnerabilidade Amplificada Durante A Pandemia De Covid-19 (E-Book do Evento)– Campo Grande, MS: Life Editora, 2024.

PRECIADO, B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

_____. Quem defende a criança queer. In: Revista Jangada. Trad. Fernanda Ferreira Marcondes Nogueira. n. 1 | jan-jun | 2013 | ISSN 2317-4722 | Viçosa –MG

SCHERER, R. *La pedagogía pervertida*. Barcelona: Ed. Laertes, 1983.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.

SEGWICK, Eve Kosofsky. *A epistemologia do armário*. In: cadernos pagu (28), janeiro-junho de 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

TORRES, T. Zyan trabalhou por 5 horas para virar Noiva Cadáver e celebrar vida drag. CAMPO GRANDE NEWS <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/zyan-trabalhou-por-5-horas-para-virar-noiva-cadaver-e-celebrar-vida-drag>

TREVISAN, João Silvério. Devassos no paraíso (a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade). Rio de Janeiro: Record, 2000.

VENCATO, Anna Paula. Fora do armário, dentro do closet: o camarim como espaço de transformação. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), p. 227-247, 2005.